

Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em 31 de
dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração de resultado	7
Demonstração de resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

**Aos Acionistas e Diretores da Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito
S.A.**

Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial da Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na nota explicativa nº 2 - Base de preparação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descrevem que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Instituição foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Demonstrações financeiras individuais

A Instituição elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de março de 2022.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais) exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 25 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF


Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP296875/O-4

Conglomerado Prudencial - Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalente a caixa	4	126.119.466	14.803.457	Instrumentos financeiros		428.477.909
Disponibilidades		19.276.827	14.072.106	Obrigações por empréstimos	12	4.569.041
Títulos e valores mobiliários		106.842.638	731.350	Obrigações com bandeira	13	314.205.479
Instrumentos financeiros		664.719.951	472.850.351	Obrigações por transações de pagamentos	14	67.851.785
Títulos e valores mobiliários	5	74.821.876	50.927.580	Obrigações por cotas de fundos de investimentos	15	34.048.391
Operações com cartões de crédito	6	696.174.913	465.765.818	Debêntures	16	7.803.213
Outras contas a receber	6	16.109.202	17.276.649	Outras obrigações	17	19.899.489
Devedores por depósitos em garantia	8	596.364	316.467	Sociais e estatutárias		1.487.768
(-) Provisões para operações com cartões de crédito	6.1	(122.982.404)	(61.436.163)	Obrigações fiscais correntes		5.049.578
Ativos fiscais correntes	7	10.388.197	4.682.699	Obrigações fiscais diferidas		533.873
Outros valores e bens		2.111.787	1.310.355	Provisão para pagamentos a efetuar		7.762.152
				Provisões	18	470.133
				Outras		4.595.985
Total do ativo circulante		803.339.401	493.646.863	Total do passivo circulante		448.377.398
						373.312.264
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo		
Instrumentos financeiros		17.334.206	13.131.493	Instrumentos financeiros		360.948.543
Operações com cartões de crédito	6	2.912.278	-	Obrigações por empréstimos		10.357.922
Títulos e valores mobiliários		400.000	-	Obrigações por cotas de fundos de investimentos	15	250.250.667
Devedores por depósitos em garantia	8	14.021.928	13.131.493	Debêntures	16	100.339.954
Ativos fiscais diferidos	9	20.911.593	21.084.089	Outras obrigações		3.122.101
				Provisão para pagamentos a efetuar		3.122.101
Total do ativo realizável a longo prazo e permanente		51.059.239	41.017.639	Total do passivo exigível a longo prazo		364.070.644
						133.515.427
Permanente				Patrimônio líquido		
Intangível	10	15.315.398	7.656.590	Capital social		33.220.000
Imobilizado	11	5.273.337	5.469.344	Reservas de lucros		7.893.697
(-) Depreciação e amortização	10,11	(7.775.293)	(6.323.877)	Outros resultados abrangentes		259.980
				Lucros (prejuízos) acumulados		576.921
Total do ativo		854.398.640	534.664.501	Total do patrimônio líquido		41.950.597
						27.836.810
				Total do passivo e do patrimônio líquido		854.398.640
						534.664.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial - Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Nota	2S2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de intermediação financeira	20	187.302.777	332.221.290	207.704.496
Receita de operações de cartão de crédito		159.778.515	283.621.173	169.245.705
Receita de tarifas, rede e similares		23.908.825	44.682.314	34.860.402
Resultado de títulos e valores mobiliários		2.244.028	3.022.164	1.333.080
Variação cambial		1.371.410	895.639	2.265.309
Despesas de intermediação financeira	21	(28.402.672)	(45.913.567)	(30.752.880)
Despesas de juros e similares		(20.204.311)	(30.830.478)	(19.428.431)
Despesas com tarifas e similares		(8.198.361)	(15.083.088)	(11.324.449)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas		158.900.105	286.307.723	176.951.617
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.1	(89.247.297)	(135.127.669)	(91.220.423)
Resultado de intermediação financeira		69.652.808	151.180.054	85.731.194
Outras receitas e despesas	22	(68.719.756)	(128.743.092)	(96.821.081)
Outras despesas relacionadas a crédito		(13.513.173)	(25.547.735)	(22.041.790)
Despesas de captura e processamento de dados		(4.908.771)	(10.989.196)	(7.720.600)
Despesas de infraestrutura de operações		(3.011.858)	(5.034.702)	(2.517.720)
Despesa de pessoal		(20.068.145)	(38.459.317)	(29.945.570)
Despesas tributárias		(14.415.508)	(25.420.995)	(15.799.642)
Despesas de provisões		(834.296)	(1.661.433)	(1.166.112)
Despesas administrativas e gerais		(12.412.814)	(21.952.616)	(18.627.780)
Outras receitas		881.019	1.422.365	1.581.041
Outras despesas		(436.210)	(1.099.462)	(582.907)
Resultado antes de tributos e participações		933.051	22.436.963	(11.089.888)
Tributos e participações	23	(2.611.081)	(8.283.233)	6.995.291
IR e CSLL correntes		(635.080)	(8.110.737)	(412.461)
IR e CSLL diferidos		(1.976.001)	(172.497)	7.407.751
Resultado líquido		(1.678.030)	14.153.729	(4.094.597)
Lucro (prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,05)	0,43	(0,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial - Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A
Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Nota	2ºS2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(1.678.030)	14.153.729	(4.094.597)
Resultados abrangentes	21			
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários		472.691	472.691	-
Tributos diferidos sobre ajuste a valor de mercado		(212.711)	(212.711)	-
Resultado abrangente total do exercício		<u>(1.418.049)</u>	<u>14.413.710</u>	<u>(4.094.597)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial - Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Nota	Reservas de lucros					Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes			
Saldos em 31 de dezembro de 2019 conforme publicação original	33.220.000	179.402	1.548.961	-	-		34.948.363
(+) Ajuste de adoção inicial ao COSIF atribuível a exercício anterior	-	-	-	-	62.252		62.252
Saldos em 31 de dezembro de 2019 conforme esta publicação	33.220.000	179.402	1.548.961	-	62.252		35.010.615
(+) Ajuste de adoção inicial ao COSIF atribuível a exercício da autorização					2.214		2.214
Juros sobre capital próprio creditados			(444.718)				(444.718)
Dividendos pagos			(128.044)				(128.044)
Tributos diferidos sobre ajuste de avaliação					(2.508.659)		(2.508.659)
Resultado do período	-	-	-		(4.094.597)		(4.094.597)
Destinação do resultado							
Reserva legal	-	(179.402)	-		179.402		-
Reserva estatutária	-	-	(976.199)		976.199		-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	33.220.000	-	-	-	(5.383.190)		27.836.810
Resultado do período					14.153.727		14.153.727
Destinação do resultado							
Reserva legal		1.034.982			(1.034.982)		-
Reserva estatutária			7.017.422		(7.017.422)		-
Dividendos obrigatórios creditados					(2.328.710)		(2.328.710)
Dividendos					(1.429.369)		
Juros sobre capital próprio					(899.341)		
Juros sobre capital próprio não imputados aos dividendos obrigatórios			(158.707)				(158.707)
Tributos diferidos sobre operações intragrupo					2.187.496		2.187.496
Outros resultados abrangentes							
Ajuste de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros					472.691		472.691
Crédito (débito) tributário diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial					(212.711)		(212.711)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	33.220.000	1.034.982	6.858.714	259.980	576.920		41.950.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	<u>2S2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	933.051	22.436.963	(11.089.888)
Ajustes por:			
Rendimento de títulos e valores mobiliários, líquidos	(1.623.551)	(2.197.499)	(573.702)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	89.247.297	135.127.669	91.220.423
Variação cambial	(1.371.410)	(895.639)	(2.265.309)
Depreciação e amortização	1.868.989	2.861.431	1.549.529
Resultado pela baixa de imobilizado e intangível	350.172	424.503	12.640
Encargos de obrigações por cotas de fundos	11.541.027	20.120.240	17.709.137
Encargos de obrigações por empréstimos	983.537	1.581.680	-
Juros sobre debêntures	6.487.824	7.278.249	-
Provisões	136.526	237.056	17.155
Redução (aumento) de ativos operacionais			
Títulos e valores mobiliários (aplicação)	(120.049.222)	(180.689.299)	(52.093.343)
Títulos e valores mobiliários (resgate)	96.726.060	159.065.193	13.316.798
Operações com cartões de crédito	(176.814.267)	(306.902.800)	(197.267.341)
Outras contas a receber	(5.760.299)	1.167.447	(2.729.728)
Ativos fiscais correntes	3.023.296	(5.705.498)	(1.603.192)
Devedores por depósitos em garantia	(71.064)	(274.693)	(6.277.499)
Outros valores e bens	(113.686)	(801.432)	(496.086)
Aumento (redução) de passivos operacionais			
Obrigações com bandeira	70.379.900	105.934.742	183.453.390
Sociais e estatutárias	-	-	2.211
Obrigações fiscais correntes	(6.769.060)	3.897.377	(496.381)
Obrigações por transações de pagamentos	704.244	(29.069.227)	(58.624.283)
Provisão para pagamentos a efetuar	(613.195)	308.028	1.290.209
Outras	344.006	2.149.982	(6.395.299)
Tributos sobre o lucro pagos	(2.247.326)	(9.895.930)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(32.707.150)	(73.841.458)	(31.340.557)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	(50.770)	(86.604)	(433.033)
Aquisição de intangível	(2.490.777)	(3.594.899)	(1.358.276)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(2.541.547)	(3.681.503)	(1.791.309)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos	(4.799.746)	20.246.556	-
Juros de empréstimos pagos	(1.428.085)	(1.596.370)	-
Amortização de empréstimos	(5.082.630)	(5.304.903)	-
Aumento de obrigações por cotas de fundos	110.000.000	151.350.000	69.003.256
Encargos de obrigações por cotas de fundos pagos	(12.496.489)	(21.091.034)	(17.240.491)
Amortização de obrigações por cotas de fundos	(7.273.418)	(54.778.836)	(39.938.199)
Captação de debêntures	43.062.045	116.865.053	-
Juros de debêntures pagos	(8.239.341)	(10.444.583)	-
Amortização de debêntures	(3.671.769)	(5.555.552)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(851.361)	(851.361)	(870.635)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	109.219.206	188.838.970	10.953.931
Aumento (redução) de caixa e equivalentes a caixa	73.970.510	111.316.009	(22.177.934)
Demonstração de aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	52.148.956	14.803.457	36.981.391
No fim do período	126.119.466	126.119.466	14.803.457
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	73.970.510	111.316.009	(22.177.934)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em Reais)**

1 Contexto operacional

A Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A. (“Companhia” ou “Fortbrasil”) é uma sociedade anônima de capital fechado cuja sede administrativa está localizada na Av. Bezerra de Menezes, 100, 4º andar, Edifício Center Norte, Otávio Bonfim, Fortaleza - CE.

A Companhia foi constituída em 27 de outubro de 2004 e tem como principais objetivos: a) prestação de serviços de administração de cartões, de sua emissão ou emitido por terceiros; b) intermediação de negócios de terceiros; c) administração de programas de fidelidade; d) vendas de títulos de capitalização, de créditos de telefonia em geral, de planos de saúde, de seguros e pagamento de salários; e) antecipação de crédito futuro de lojistas credenciados a aceitar os instrumentos de pagamento relacionados com a atividade da Companhia.

Em 7 de abril de 2020, a Fortbrasil foi aprovada pelo Banco Central do Brasil como instituição de pagamentos (“IP”) na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós-pago.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Fortbrasil foram elaboradas com o propósito de atender às determinações da Resolução n. 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), e em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (“BACEN”), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, emitidas pelo BACEN, conforme Circular n. 3.833/17, respeitando, ainda, as diretrizes contábeis emanadas pela Lei n. 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei n. 11.638/07.

As determinações estabelecidas pela Resolução BCB n. 2/2020, que estabelece critérios gerais para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, também foi observada nestas demonstrações financeiras.

A Companhia acompanha, ainda, a emissão de pronunciamentos técnicos realizada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), cuja aplicação tenha se tornado obrigatória em razão de aprovação e determinação do BACEN. Estão observadas nas demonstrações financeiras da Companhia os seguintes pronunciamentos técnicos CPC:

- Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- Pronunciamento Técnico CPC 1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas
- Pronunciamento Técnico CPC 24 – Evento Subsequente
- Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo
- Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por Ação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 25 de março de 2022.

2.2 Informações consolidadas do Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fortbrasil (“FIDC Fortbrasil”) e a Fortbrasil Securitizadora S.A. – destinados à captação de dívida por meio de cessão recebíveis de cartões de crédito, que se configuram como transferência de ativo com retenção de riscos e benefícios por parte da Companhia –; o Iracema II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC Iracema II”) – encerrado em 30 de dezembro de 2021 – e o Iracema III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Iracema), ambos com o mesmo objetivo: a antecipação das obrigações por transações de pagamento em favor dos estabelecimentos lojistas titulares dos recebíveis a serem liquidados pela Companhia; após efetuada a antecipação o fundo passa a ser titular do recebível e, portanto, credor da Fortbrasil, que deverá liquidar a obrigação nos vencimentos originais da agenda de pagamentos.

A Fortbrasil retém os riscos e benefícios das operações realizadas com as entidades supramencionadas, razão pela qual a consolidação de suas demonstrações financeiras é requerida, conforme art. 4º da Resolução n. 4.280/13.

No processo de consolidação, são eliminados receita, despesa, ativos e passivos decorrentes das transações realizadas entre a Fortbrasil e as entidades consolidadas, bem como ajustados os efeitos econômicos derivados das atividades desempenhadas por estas para refletir adequadamente a situação econômico-financeiro-patrimonial do Conglomerado, como se este constituísse uma única entidade.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas.

Estimativas

Estimativas e premissas em que os critérios são revistos de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro são:

- **Nota nº 6** – Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito sobre operações com cartões de crédito.
- **Nota nº 9** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e diferenças temporárias possam ser compensadas.
- **Nota nº 10** – custos atribuíveis e vida útil estimada dos ativos intangíveis.
- **Nota nº 18** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A Administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

2.5 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal, tendo em vista as projeções de desempenho econômico e fluxo de caixa preparadas pela gestão, as quais avaliam

que a Fortbrasil conseguirá manter suas atividades e cumprir com suas obrigações de pagamentos nos próximos períodos.

Reconhece-se que a Companhia possui pronto acesso a recursos financeiros para operar normalmente; e sua administração julga, ainda, não haver eventos materiais que sugiram dúvidas significativas acerca de sua capacidade de manter os principais contratos fundamentais para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários não vinculados e instrumentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 Títulos e valores mobiliários

Os instrumentos financeiros adquiridos de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Companhia em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n. 3.068/01:

Títulos para negociação. São aqueles adquiridos com a intenção de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda. Correspondem aos instrumentos que não se enquadram nas categorias de “para negociação” nem de “mantidos até o vencimento”. São reconhecidos custo de aquisição e subsequentemente acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta de ajuste de avaliação patrimonial, deduzidos dos tributos diferidos incidentes, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização (alienação, resgate ou perda permanente).

Títulos mantidos até o vencimento. Correspondem aos títulos adquiridos com a intenção de manter até o vencimento e para cuja manutenção no patrimônio a Companhia tenha capacidade financeira. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os instrumentos financeiros classificados em títulos para negociação e disponíveis para venda são evidenciados no balanço patrimonial pelo valor de mercado, que pode ser obtido através de cotação de preços em mercado ativo de itens idênticos; quando não, por meio de dados observáveis direta ou indiretamente em mercado que não seja ativo; ou, ainda, pela aplicação de técnica de avaliação, como a de fluxo de caixa descontado ou preços de itens similares.

Eventuais perdas de caráter permanente com instrumentos financeiros classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas imediatamente no resultado do período. O valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de custo.

3.3 Operações com cartões de crédito

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, incluindo a cobrança de taxas de administração dos cartões de crédito e juros e multas, se aplicável. Eventuais receitas de operações com cartões de crédito inadimplidas com atraso superior a 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito. São mensuradas e reconhecidas conforme aplicação de percentuais fixos mínimos correspondentes a cada faixa de risco crédito em que são segregadas as contas a receber, em observância às diretrizes estabelecidas na Resolução CMN n. 2.682/99. A classificação em cada faixa é feita em função do atraso verificado no pagamento da operação e, em caso de clientes com mais de uma operação em seu nome, é definida considerando a operação contratada que tiver maior risco. As operações classificadas na faixa de risco H há mais de 6 meses são baixadas do balanço patrimonial, com correspondente baixa de provisão.

Os percentuais mínimos de provisão a serem aplicados a cada faixa de risco de crédito são:

Nível de risco A	0,5%
Nível de risco B	1,0%
Nível de risco C	3,0%
Nível de risco D	10,0%
Nível de risco E	30,0%
Nível de risco F	50,0%
Nível de risco G	70,0%
Nível de risco H	100,0%

3.4 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. São depreciados pelo método linear no resultado do período com base na vida útil econômica estimada.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de período financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Equipamentos de Comunicação	5 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 anos

3.5 Intangível

Um ativo intangível é reconhecido quando: i) for separável da Companhia ou resultado de direitos legais; ii) for provável que benefícios econômicos fluam para entidade; e iii) seu custo possa ser mensurado com confiabilidade. É mensurado pelo custo histórico, deduzido, quando for o caso, pela amortização acumulada, calculada conforme vida útil esperada, e pelas perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos atribuídos ao intangível correspondem ao preço de compra, tributos não recuperáveis sobre a

compra, custos atribuíveis diretamente para deixá-lo nas condições esperadas pela Companhia, bem como gastos com a fase de desenvolvimento de projetos (novos processos ou produtos), no caso de intangíveis gerados internamente.

Amortização. A Companhia avalia se a vida útil do ativo intangível é definida ou indefinida, considerando limites legais ou contratuais para sua utilização, obsolescência tecnológica esperada e ciclos de vida do item. Quando considerado com vida útil definida, esta é mensurada não por classe de ativos, mas individualmente, por item classificado no ativo intangível.

3.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, tal como imobilizado, são revistos, no mínimo, ao final de cada exercício, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então, o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativos, que não sobre ágio, reconhecida em períodos anteriores, é avaliada a cada exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Obrigações possíveis que provavelmente não requererão desembolso futuro não são provisionadas, mas seus valores e natureza são evidenciados em notas explicativas. Os custos financeiros, quando incorridos, são registrados no resultado.

3.8 Benefícios de curto prazo a empregados

A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.9 Reconhecimento das receitas

A Companhia desempenha operações com clientes de duas naturezas: a) o titular do cartão de crédito pós-pago; e b) o lojista credenciado e integrado ao sistema de aceitação dos cartões Fortbrasil.

As receitas derivadas das operações com titulares de cartões de crédito são: tarifas, anuidades, juros e

encargos do cartão de crédito, que são reconhecidos nas datas de corte das faturas ou, no caso de juros a transcorrer de operações parceladas, apropriadas *pro rata temporis* ao resultado, com base na taxa efetiva de juros.

As receitas de contratos com lojistas ou prestadores de serviços parceiros estão atreladas à realização de transações por parte dos titulares do cartão de crédito e são calculadas com base em percentual aplicado ao valor bruto das mesmas, reconhecidas na data de processamento da captura da transação, no caso das vendas de lojistas, ou à medida em que a volumetria transacionada é apurada, no caso de intermediação de negócios junto a parceiros.

Há ainda a receita de intercâmbio das transações de cartões de crédito Mastercard que são reconhecidas quando do processamento da captura da transação.

3.10 Resultados não recorrentes

Correspondem a elementos do resultado da Companhia que não estejam relacionados as suas operações ou que estejam relacionados apenas incidentalmente, cuja ocorrência se estime não ser frequente em exercícios futuros.

3.11 Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados relativos à venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos próprios de capital da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor da transação é reconhecida em outras reservas de lucro.

3.12 Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio.

3.13 Tributação

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas ao ISS, pela alíquota vigente de 5% e as receitas totais estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam uma alíquota combinada de 9,25%, com a exceção das receitas financeiras que estão sujeitas a alíquotas diferenciadas, que, combinadas, somam 4,65%, cuja vigência se deu a partir de julho de 2015, conforme Decreto nº 8426, de 1º de abril de 2015. Esses encargos são apresentados como despesa tributária (vide Nota 23).

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro correntes

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 15% – conforme IN RFB nº 1591, de 05 de novembro de 2015, no que se refere a instituições financeiras – sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Lei nº 14.183/2021 majorou temporariamente a alíquota da CSLL a ser aplicada ao lucro tributável do exercício de 2021 para 20%; a partir de 1º de janeiro de 2022 volta ao percentual de 15%

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos períodos anteriores.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece tributos diferidos para diferenças temporárias – despesas apropriadas no período e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social cuja compensação futura esteja autorizada pela legislação tributária – e para registro de prejuízos fiscais e de base negativa. Sua apuração se dá com base nas alíquotas vigentes dos referidos tributos, na data de preparação das demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativo fiscal diferido deriva ainda da expectativa de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos créditos em, no máximo, 10 (dez) anos e existência de base fiscal positiva em 3 dos últimos 5 exercícios sociais.

A utilização dos créditos derivados de diferenças temporárias se dá quando, cumulativamente, a despesa passa a atender o critério de dedutibilidade estabelecido pela legislação tributária e auferir-se base fiscal positiva. As baixas decorrem da reversão do fato que ensejou a geração do ativo fiscal diferido ou por alteração de alíquota.

A utilização de créditos derivados de prejuízos fiscais e base fiscal negativa deriva de sua compensação, no âmbito da apuração dos tributos correntes. Baixas derivam de ajustes por alteração de alíquota ou, ainda, pela existência de fatos que ensejem, retroativamente, redução de prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores.

O total do imposto de renda e da contribuição social está constituído por impostos correntes e diferidos e são contabilizados no resultado, exceto quando incidentes sobre outros resultados abrangentes, cujo registro é feito diretamente no patrimônio líquido.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem tanto a saldos de caixa e depósitos bancários não vinculados, como a aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários, que, por serem imediatamente conversíveis em caixa e destinados a atender compromissos de caixa de curtíssimo prazo, são considerados equivalentes a caixa.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	12.937	351
Depósitos bancários a vista	19.263.890	14.071.756
Certificados de depósito bancário	43.735.640	535.282
Notas do tesouro nacional	63.106.999	196.068
Total	<u>126.119.466</u>	<u>14.803.457</u>

A majoração nos certificados de depósito bancário e notas de tesouro nacional no final do exercício de 2021, justificam-se pela capitalização de novas cotas dos fundos.

5 Títulos e valores mobiliários

Correspondem a aplicações em cotas de fundo de renda fixa, certificados de depósito bancário vinculados à prestação de garantias contratuais com a Mastercard, lojistas e eventuais operações de dívida, com rendimentos indexados ao DI (100% a 105%), títulos de capitalização, Debêntures, além de letras de tesouro financeiro.

Fortbrasil Administradora de Cartões de Crédito S.A.
Demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial
em 31 de dezembro de 2021

	31/12/2021				31/12/2020		
	Faixas de vencimento			Total		Total	
	Sem Venc.	Até 365	Após 365	Valor de custo	Valor justo	Valor de custo	Valor justo
Disponível para venda							
Cotas de fundos de renda fixa	6.040.996	236.742	-	6.277.738	6.249.806	5.120.313	5.120.313
Certificado de depósito bancário	-	29.859.298	4.223.882	34.083.180	34.583.803	28.169.117	28.169.117
Títulos de capitalização	14.050	-	-	14.050	14.050	251.722	251.722
Debêntures	400.000	-	-	400.000	400.000	-	-
Total	6.455.046	30.096.040	4.223.882	40.774.968	41.247.659	33.541.152	33.541.152
Títulos para Negociação							
Letras do tesouro financeiro	-	-	33.974.217	33.974.217	33.974.217	16.726.419	16.726.419
Cotas de fundo de renda fixa	-	-	-	-	-	660.008	660.008
Total	-	-	33.974.217	33.974.217	33.974.217	17.386.427	17.386.427
Total	6.455.046	30.096.040	38.198.099	74.749.185	75.221.876	50.927.580	50.927.580

As cotas de fundos de renda fixa correspondem a aplicações por intermédio de instituições financeiras, não são de fundos exclusivos nem de cujo patrimônio líquido a Companhia possui participação significativa.

A movimentação dos títulos e valores mobiliários em cada período está abaixo apresentada:

	31/12/2020	Aplicação	Rendimento	Resgate	AVJ	31/12/2021
Cotas de fundos de renda fixa	5.780.322	106.876.201	371.306	(106.750.091)	(27.932)	6.249.806
Certificado de depósito bancário	28.169.117	33.930.470	1.299.920	(29.316.326)	500.623	34.583.803
Letras do tesouro financeiro	16.726.419	40.747.562	382.752	(23.882.516)	-	33.974.217
Títulos de capitalização	251.722	58.643	-	(296.315)	-	14.050
Debêntures	-	400.000	-	-	-	400.000
Total	50.927.580	182.012.875	2.053.978	(160.245.248)	472.691	75.221.876
	31/12/2019	Aplicação	Rendimento	Resgate	AVJ	31/12/2020
Cotas de fundos de renda fixa	49.139	12.546.006	73.360	(6.888.183)	-	5.780.322
Certificado de depósito bancário	4.565.904	28.800.000	227.974	(5.424.762)	-	28.169.117
Letras do tesouro financeiro	6.757.762	10.700.142	272.368	(1.003.853)	-	16.726.419
Títulos de capitalização	204.528	47.194	-	-	-	251.722
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Total	11.577.333	52.093.343	573.702	(13.316.798)	-	50.927.580

A Companhia não trabalha com derivativos.

6 Contas a receber

Abaixo, segue a composição das contas a receber apresentadas no balanço patrimonial:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de cartões de crédito	699.087.191	465.765.818
Operações cedidas	587.016.243	422.651.427
Operações não cedidas	112.070.948	43.114.391
Outras contas a receber	16.109.202	17.276.649
Créditos com lojistas (a)	5.722.252	6.472.821
Créditos por operações por cotas fundos de investimentos	1.882.668	4.697.911
Adiantamentos e antecipações salariais	84.333	88.215
Adiantamentos a fornecedores (b)	2.643.848	793.894
Pagamentos a ressarcir	1.159.097	440.780
Saldo em contestação e <i>chargeback</i>	165.289	120.802
Outros (c)	4.451.715	4.662.227
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6.1)	(122.982.404)	(61.436.163)
Total	592.213.989	421.606.305
Circulante	589.301.711	421.606.305
Não circulante	2.912.278	-
Total	592.213.989	421.606.305

- a) Os créditos com lojistas resultam dos pagamentos de fatura efetuados em loja pelos portadores de cartões de crédito, que são repassados subsequentemente à Companhia, mediante depósito ou pagamento de boletos, sem que haja compensação com os saldos a serem repassados aos mesmos lojistas.
- b) Correspondem majoritariamente a adiantamentos a fornecedores e adiantamentos destinados à aquisição de carteira de crédito sem coobrigação, que se dão por acordo ou negociação entre a Companhia e o fornecedor ou cedente.
- c) Composto principalmente por saldos transitórios de processamento de pagamentos efetuados por portadores na rede bancária. O saldo majorado se justifica por *delay* no último processamento de recebimento bancário de cada exercício, compensado no primeiro dia útil do ano subsequente.

6.1 Operações com cartões de crédito

As operações do cartão de crédito da Fortbrasil são firmadas exclusivamente com clientes pessoas físicas, correspondendo, portanto, a uma única natureza de operação.

(i) Faixas de vencimento

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Curso normal	506.170.143	388.227.329
Vencido até 14 dias	10.735.056	5.955.058
A vencer	495.435.087	382.272.271
até 3 meses	376.542.547	281.392.170
3 a 6 meses	79.036.010	67.070.153
6 a 12 meses	36.944.252	33.809.948
após 12 meses	2.912.278	-
Curso anormal	192.917.048	77.538.489
Vencido após 14 dias	192.917.048	77.538.489
até 3 meses	50.733.963	13.345.682
3 a 6 meses	59.302.181	14.648.877
6 a 12 meses	82.880.904	49.543.930
Total	699.087.191	465.765.818

Estão classificadas em curso normal as operações com atraso de até 14 dias; em curso anormal, as operações com atraso igual ou superior a 15 dias.

(ii) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

Movimentação da provisão para perda esperada

	<u>12/2021</u>	<u>12/2020</u>
Saldo anterior	(61.436.163)	(64.391.835)
Reversão (constituição) de provisão	(145.143.400)	(100.742.356)
Créditos baixados	83.597.159	103.698.028
Baixa para prejuízo	66.308.914	95.349.059
Baixa por desconto em acordo	5.156.571	6.303.434
Baixa por cessão de carteira	12.131.674	2.045.535
Saldo final	(122.982.404)	(61.436.163)

Despesa da provisão para perda esperada

	31/12/2021	31/12/2020
Constituição	(150.912.390)	(118.329.147)
Reversão	5.768.990	17.586.791
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito bruta	(145.143.400)	(100.742.356)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	10.015.732	9.521.933
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(135.127.669)	(91.220.423)

(iii) Classificação das contas a receber por nível de risco

	31/12/2021	31/12/2020
Nível	Total	Total
A	486.034.597	377.025.476
B	23.125.503	9.461.780
C	26.042.834	7.090.259
D	21.696.226	5.749.652
E	21.927.724	5.645.627
F	20.794.088	4.981.008
G	16.582.148	4.425.374
H	82.884.070	51.386.643
Total	699.087.191	465.765.818

(iv) Operações renegociadas

O valor total de acordos firmados em 2021 foi de R\$ 103.206.058, e R\$ 97.169.586 em 2020.

7 Ativos fiscais correntes

	31/12/2021	31/12/2020
Estimativa IRPJ e CSLL	979.606	-
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	1.255.031	-
PIS e COFINS a Compensar	808.966	813.403
INSS a Compensar	1.961.513	1.961.513
IRRF a Compensar	5.143.605	1.851.193
CSLL a Compensar	235.319	48.503
Outros Impostos a Recuperar	4.157	8.088
Total	10.388.197	4.682.699

8 Devedores por depósito em garantia

	31/12/2021	31/12/2020
Depósito vinculado à garantia de operações Mastercard	12.923.633	12.033.198
Depósitos judiciais	239.496	277.947
Depósito para liquidação de transações de pagamento internacionais (a)	279.909	-
Depósito vinculado à cessão de recebíveis	1.098.295	1.098.295
Outros depósitos	76.960	38.520
Total	14.618.292	13.447.960
Circulante	596.364	316.467
Realizável a longo prazo	14.021.928	13.131.493
Total	14.618.292	13.447.960

- a) Conta cujos depósitos em dólar estão vinculados à liquidação futura de compras internacionais efetuadas pelos portadores com o cartão bandeirado Mastercard.

9 Ativos fiscais diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos

valores contábeis, bem como em relação a prejuízos fiscais na extensão da probabilidade de que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os valores reconhecidos no resultado são discriminados no quadro abaixo:

	31/12/2021	Reconhecimento no resultado	31/12/2020
IR/CSLL sobre prejuízo fiscal acumulado	1.883.955	(3.240.751)	5.124.706
IR/CSLL sobre provisões para perda	18.839.586	2.973.433	15.866.153
IR/CSLL sobre provisões para contingência	188.052	94.822	93.231
Total de créditos tributários	20.911.593	(172.497)	21.084.090

Com base nas projeções de resultados tributáveis, a administração da Companhia prevê existência de lucros tributáveis futuros que compensarão os prejuízos fiscais e base negativas acumulados e permitirão a utilização dos créditos de diferenças temporárias em um horizonte de 1 (um) ano, a contar da data-base de reporte:

Utilização e saldo dos ativos	2020	2021	2022^P
Utilização			
Diferido sobre PFA	(607.205)	(3.240.751)	(1.883.955)
Diferido sobre PCLD	8.008.094	2.973.433	(18.839.585)
Diferido sobre Contingência Cível	6.862	94.822	(188.053)
Total	7.407.751	(172.497)	(20.911.593)
Saldo			
Diferido sobre PFA	5.124.706	1.883.955	-
Diferido sobre PCLD	15.866.153	18.839.586	-
Diferido sobre Contingência Cível	93.231	188.052	-
Total	21.084.089	20.911.593	-

^P Utilização projetada

O valor presente dos fluxos previstos de realização do diferido é de R\$ 20.022.330.

10 Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados pelos custos de aquisição, deduzidos do valor acumulado da amortização e perdas por redução ao valor recuperável, quando for o caso.

	Software	Canais Digitais	Projetos e Produtos	Direitos comerciais	Novos projetos em andamento	Total
Custo histórico						
Saldos em 31/12/2020	3.350.693	-	648.738	2.465.561	1.191.598	7.656.589
Adição	7.628.800	-	-	-	1.581.914	9.210.715
Baixas	(1.463.533)	-	-	-	(88.374)	(1.551.907)
Transferência	489.179	2.195.960	-	-	(2.685.139)	-
Saldos em 31/12/2021	10.005.139	2.195.960	648.738	2.465.561	-	15.315.398
Amortização acumulada						
Saldos em 31/12/2020	(1.502.811)	-	-	(493.112)	-	(1.995.924)
Adição	(2.088.378)	(103.341)	-	(493.112)	-	(2.684.830)
Baixas	1.285.184	-	-	-	-	1.285.184
Transferência	89.218	(89.218)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	(2.216.787)	(192.559)	-	(986.224)	-	(3.395.569)
Saldos em 31/12/2020	1.847.881	-	648.738	1.972.448	1.191.598	5.660.665
Saldos em 31/12/2021	7.788.352	2.003.402	648.738	1.479.337	-	11.919.829

Software

Compreendem os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares; englobam tanto aqueles já em uso, como softwares adquiridos de terceiros em andamento. A amortização dos softwares é feita conforme sua vida útil que é estimada com base nas seguintes premissas: a) prazo de vigência contratual para

exploração do software; quando esta não estiver disponível, b) estimativa de dez anos para sua obsolescência e consequente troca.

Canais Digitais

Correspondem aos gastos para desenvolvimento de plataformas digitais tecnológicas de autosserviço disponibilizadas aos clientes portadores e lojistas.

Projetos e Produtos

Correspondem aos gastos atribuídos a projetos, processos ou produtos desenvolvidos internamente, que já estejam em uso, pela Companhia, ou já disponibilizados aos clientes. Atualmente é composto exclusivamente pelos gastos de desenvolvimento dos cartões *private label co-branded* bandeirados.

Direitos comerciais

Corresponde à gasto com aquisição de direitos contratuais em parcerias com estabelecimentos comerciais emissores do cartão *private label*. Sua amortização tem como base o prazo de vigência do contrato que o ensejou.

Novos projetos em andamento

Os custos com desenvolvimento em andamento correspondem aos gastos com desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas às operações Fortbrasil S/A, bem como à criação de novos produtos e processos. Os gastos atribuíveis a estes ativos são apresentados na nota explicativa 3.5.

11 Imobilizado

Os itens registrados no ativo imobilizado foram registrados pelo valor de custo, e deduzidos das respectivas depreciações acumuladas. O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda e desvalorização. Dessa forma, não há necessidade de estimativas para perda do seu valor recuperável.

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equip. de comunicação	Equip. informática	Softwares	Veículos	Benefitorias em bens de terceiros	Total
Custo histórico								
Saldo em 31/12/2020	981.970	232.403	131.485	1.353.382	352.099	188.310	2.229.695	5.469.344
Adições	-	13.160	-	8.540	-	-	64.903	86.604
Baixas	(156.037)	(6.425)	-	(1.940,00)	-	(75.620)	(42.589)	(282.611)
Transferências	-	(31.960)	-	31.960	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	825.933	207.179	131.485	1.391.942	352.099	112.690	2.252.009	5.273.337
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2020	(606.207)	(125.366)	(128.633)	(1.269.426)	(352.099)	(103.214)	(1.743.009)	(4.327.954)
Adições	(62.212)	(10.837)	(796)	(47.004)	-	(31.826)	(23.927)	(176.601)
Baixas	79.454	3.470	-	317	-	41.591	-	124.831
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	(588.965)	(132.733)	(129.429)	(1.316.114)	(352.099)	(93.449)	(1.766.935)	(4.379.724)

12 Obrigações por empréstimos

No exercício de 2021, a Companhia contratou operações de dívida para capital de giro conforme quadro abaixo.

Instituição	Index	Taxa (a.m.)	2020	Captação	Amortiz.	Juros pagos	Juros	
							incorridos	2021
Sofisa	DI	0,70%	-	14.799.987	(114.323)	(1.254.047)	1.431.191	14.862.808
Money Plus	-	2,00%	-	5.038.500	(5.038.500)	(142.310)	142.310	-
De Lage Landen	-	0,80%	-	208.056	(143.901)	(8.179)	8.179	64.155
Total			-	20.046.543	(5.296.724)	(1.404.536)	1.581.680	14.926.963
Circulante			-	-	-	-	-	4.569.041
Não circulante			-	-	-	-	-	10.357.922

13 Obrigações com bandeira

A Companhia atua também como emissora de cartões de crédito da bandeira Mastercard, participando, portanto, de um segundo arranjo de pagamento, que não exclusivamente o seu. Os saldos apresentados (2021, R\$ 314.205.479; 2020, R\$ 208.270.737) correspondem, portanto, às contraprestações devidas à Mastercard, oriundas das transações de pagamento (compras à vista e a prazo) efetuadas pelos portadores dos cartões de crédito de bandeira Mastercard emitidos pela Companhia, deduzidas da taxa de administração que compete à Fortbrasil.

14 Obrigações por transações de pagamento

	31/12/2021	31/12/2020
Valores a repassar a lojistas (a)	65.544.030	94.426.543
Valores a repassar de produtos intermediados (b)	2.307.755	2.494.469
	<u>67.851.785</u>	<u>96.921.012</u>

- (a) Valores a repassar a lojistas originados das compras efetuadas pelos portadores dos cartões em seus estabelecimentos comerciais, deduzidos das comissões de intercâmbio, bem como de eventuais estornos de vendas. A redução destas obrigações deriva da maior representatividade dos cartões bandeirados Mastercard na carteira de clientes portadores, que geram uma agenda de obrigações junto à bandeira e não diretamente com os lojistas (nota 13).
- (b) Valores a serem repassados a empresas parceiras cujos produtos – seguros e planos de serviços recorrentes, por exemplo – são vendidos aos clientes portadores do cartão de crédito e cobrados via débito em fatura, por intermediação da Fortbrasil, descontado de comissão de intermediação.

15 Obrigações por cotas de fundos de investimento

Correspondem às obrigações com as cotas seniores do FIDC Fortbrasil e com as cotas mezanino do FIDC Iracema, deduzidos dos custos de transação.

	<u>31/12/2020</u>	<u>Emissão</u>	<u>Amortização</u>	<u>Encargos incorridos</u>	<u>Encargos pagos</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações por cotas de fundos	188.698.688	151.350.000	(55.422.085)	20.120.240	(20.447.785)	284.299.058
Circulante	55.183.262					34.048.391
Não circulante	133.515.427					250.250.667
	<u>31/12/2019</u>	<u>Emissão</u>	<u>Amortização</u>	<u>Encargos incorridos</u>	<u>Encargos pagos</u>	<u>31/12/2020</u>
Obrigações por cotas de fundos	159.164.985	69.003.256	(39.938.199)	17.709.137	(17.240.491)	188.698.688

16 Debêntures

Em março de 2021, a Fortbrasil realizou sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única, com garantia fidejussória adicional, com colocação privada e prazo de vencimento de 36 meses, a findar em março de 2024. Em junho de 2021, a Fortbrasil Securitizadora efetuou sua primeira emissão de debêntures, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, cuja integralização somou R\$ 83.842.555. Por fim, em outubro de 2021, a Fortbrasil realizou sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única para colocação privada com vencimento previsto para outubro de 2026.

Instituição	Index.	Taxa	2020	Captação	Amortiz.	Juros Pagos	Juros	2021
		a.a.)					incorridos	
XP Investimentos	CDI	7,5%	-	25.000.000	(5.555.552)	(4.067.886)	2.608.202	17.984.764
Patria	CDI	5,5%	-	83.842.555	-	(6.073.785)	4.438.628	82.207.397
Quasar	CDI	6,0%	-	8.022.499	-	(297.696)	226.203	7.951.006
Total			-	116.865.053	(5.555.552)	(10.439.367)	7.273.033	108.143.167
Circulante			-					7.803.213
Não circulante			-					100.339.954

17 Outras obrigações

	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e estatutárias	1.487.768	10.419
Obrigações fiscais correntes	5.049.578	2.778.687
Obrigações fiscais diferidas	533.873	2.508.657
Provisão para pagamentos a efetuar	10.884.253	4.960.409
Provisões	470.133	233.077
Outras	4.595.985	2.446.003
	23.021.590	12.937.253
Circulante	19.899.489	12.937.253
Não Circulante	3.122.101	-

Sociais e estatutárias

Saldo de juros sobre capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios creditados aos acionistas.

Obrigações fiscais correntes

	31/12/2021	31/12/2020
PIS/Cofins sobre faturamento	2.007.233	804.218
ISS sobre faturamento	1.485.727	277.115
IRPJ/CSLL	-	412.461
Contribuição social (FGTS)	347.299	293.195
Contribuição previdenciária (INSS)	908.155	750.810
Outros tributos e contribuições	301.164	240.888
	5.049.578	2.778.687

Provisão para pagamentos a efetuar

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	8.457.743	3.342.596
Obrigações com pessoal	1.719.772	1.350.666
Outras contas a pagar	706.738	267.147
	10.884.253	4.960.409

Outras

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Credor de Cartão de Crédito	1.895.898	956.195
Outras	2.700.086	1.489.807
	4.595.985	2.446.003

18 Provisões

a. Provisões

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante o Poder Judiciário e órgãos de defesa do consumidor, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões consumeristas.

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	233.077	215.922
Provisões constituídas	1.162.020	1.283.309
Provisões pagas	(697.770)	(1.148.957)
Provisões Revertidas	(227.194)	(117.197)
Saldo Final	470.133	233.077
	(470.133)	(233.077)

Os valores provisionados pela Companhia no período de 2021 configuram exclusivamente em seu passivo circulante, cuja liquidação possui previsão de liquidação nos próximos quatro meses, conforme cronograma abaixo:

<i>Cronograma previsto de realização</i>	Saldo em				
	31/12/2021	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22
	470.133	71.281	130.284	118.663	149.905

b. Passivos contingentes

Correspondem a processos cíveis, trabalhistas ou tributários que, conforme patronos das causas, provavelmente não requererão desembolso futuro de caixa e, portanto, não são reconhecidos como provisões no passivo da Companhia.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2021, os valores totais das causas cíveis passivas julgadas como possíveis de perda são de R\$ 8.080.028 e R\$ 4.787.690, respectivamente.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021 os valores totais das causas trabalhistas passivas julgadas como possíveis de perda são de R\$ 1.067.720, ao passo que em 31 de dezembro de 2020 não havia previsão de valores possíveis.

Tributários

Em agosto de 2012, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil em R\$ 20.198.423, incluindo os valores de principal, juros e multas referentes a imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS para os anos-calendário de 2007 e 2008, sob a alegação de possível omissão de receitas pela ocorrência de saldo credor de caixa, principalmente. Administração da Companhia ajuizou processo requerendo a impugnação da referida autuação.

Do valor remanescente após decisões transcorridas, é classificado como possível, segundo a avaliação dos patronos da causa, R\$ 16.139.718 em dezembro de 2021, mesmo saldo de dezembro de 2020.

Ainda na esfera tributária, no ano de 2010 a Fortbrasil foi autuada pelo Fisco Municipal de Fortaleza, em relação ao recolhimento do Imposto sobre Serviços – ISS de suas operações, dado que à época o recolhimento era para o Município do Eusébio, localidade onde a empresa era sediada. Atualmente, a partir da avaliação dos novos patronos, a perda possível, que provavelmente não demandará desembolso de caixa, neste processo, soma o total de R\$ 775.249. (R\$ 704.784 na data-base de 31 de dezembro de 2020).

19 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social autorizado e totalmente integralizado é de 33.220.000. A partir de abril, não obstante, passou a ser dividido em 31.253.376 ações ordinárias nominativas com direito a voto (16.610.000, em 2020) e 1.966.624 ações preferenciais

nominativas, sem direito a voto (16.610.000, em 2020), no valor unitário de 1,00 cada.

Dividendos e juros sobre capital próprio

No período corrente, a Companhia creditou juros sobre capital próprio e dividendos, conforme quadro abaixo.

	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos creditados	1.429.369	128.044
Juros sobre capital próprio creditados	899.341	444.718
Total de remuneração sobre capital próprio	2.328.710	572.762
Ações em circulação	33.220.000	33.220.000
Dividendos e juros sobre capital próprio creditados por ação	0,0701	0,0172

Resultados acumulados e reservas de lucros

No exercício de 2021, a Companhia registrou um lucro de R\$ 14.153.729 (prejuízo de R\$ 4.094.597 no exercício anterior), compensando integralmente o prejuízo acumulado e constituindo as reservas legal, no valor de 1.034.982, e estatutária, no valor de 7.435.636.

Capital regulatório

A Circular n. 3.681/13 determina que as Instituições de Pagamentos devem manter patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses. Em 31 de dezembro de 2021, a Fortbrasil mantém o capital mínimo regulatório exigido (vide nota 26).

20 Receitas de intermediação financeira

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de operações de crédito	283.621.173	169.245.705
Anuidades e tarifas, prioritárias e diferenciais (a)	120.735.683	74.158.534
Juros apropriados (b)	50.983.431	28.060.273
Juros ativos (c)	98.018.514	59.219.279
Multas (c)	13.883.545	7.807.619
Receita de tarifas, intercâmbio e similares	44.682.314	34.860.402
Receitas de intercâmbio (d)	30.752.740	22.067.574
Comissão de intermediação de negócios (e)	7.943.561	6.643.965
Outras receitas de tarifas, intercâmbio e similares (f)	1.217.353	1.097.755
Receita de antecipação de vendas	4.768.661	5.051.108
Resultado de títulos e valores mobiliários	3.022.164	1.333.080
Rendimento de instrumentos financeiros	3.022.164	1.333.080
Variação cambial	895.639	2.265.309
Total	332.221.290	207.704.496

- (a) Anuidade, tarifas e recuperação de encargos correspondem às anuidades e tarifas cobradas da pessoa física, portadora do cartão de crédito.
- (b) Juros apropriados correspondem aos juros transcorridos de operações parceladas.
- (c) Juros ativos e multas correspondem aos encargos de atraso do cartão de crédito.
- (d) As receitas de intercâmbio correspondem às receitas de comissionamentos sobre os repasses de vendas, tanto do arranjo próprio, quanto derivadas das transações de cartões bandeirados Mastercard.
- (e) As comissões de intermediação de negócios consistem na comissão da intermediação de produtos de instituições parceiras cobradas na fatura do cartão de crédito do cliente, incluindo os seguros e outros serviços prestados à pessoa física.
- (f) Correspondem as receitas obtidas junto a estabelecimento lojistas referentes a aluguel de POS e adesão ao cartão *private-label*.

21 Despesas de intermediação financeira

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de juros e similares	(30.830.478)	(19.428.431)
Encargos de obrigações por cotas de fundos de investimentos	(20.235.598)	(17.711.200)
Juros e encargos com debêntures	(7.196.358)	-
Juros e encargos de empréstimos	(1.840.624)	(158.714)
Descontos concedidos	(1.434.387)	(1.432.853)
Outras despesas de juros e similares	(123.511)	(125.664)
Despesas com tarifas e similares	(15.083.088)	(11.324.449)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(10.223.049)	(7.713.325)
Despesas com anuidades e tarifas diferenciados	(4.860.039)	(3.611.123)
Total	(45.913.567)	(30.752.880)

22 Outras receitas e despesas

	31/12/2021	31/12/2020
Outras despesas relacionadas a crédito	(25.547.735)	(22.041.790)
Análise de crédito e cobrança	(14.393.416)	(11.242.203)
Emissão e manutenção de cartões	(9.944.173)	(9.280.043)
Outras perdas com crédito, fraude e chargeback	(1.210.146)	(1.519.544)
Despesas de captura de transações e processamento de dados	(10.989.196)	(7.720.600)
Despesas de infraestrutura de operações	(5.034.702)	(2.517.720)
Despesa de pessoal	(38.459.317)	(29.945.570)
Proventos	(25.271.350)	(19.548.877)
Encargos sociais	(7.181.170)	(5.582.336)
Benefícios	(4.864.515)	(4.007.514)
Pró-labore e honorários	(496.720)	(486.720)
Outras despesas de pessoal	(645.562)	(320.123)
Despesas tributárias	(25.420.995)	(15.799.642)
COFINS	(18.500.191)	(11.234.461)
PIS	(3.676.548)	(2.272.852)
ISS	(3.195.392)	(2.260.146)
Outros impostos, contribuições e taxas	(48.864)	(32.184)
Despesas de provisões	(1.661.433)	(1.166.112)
Despesas administrativas e gerais	(21.952.616)	(18.627.780)
Serviços técnicos e especializados	(11.286.736)	(9.466.221)
Aluguel de imóveis e equipamentos	(1.471.990)	(1.891.478)
Depreciação e amortização	(2.725.668)	(1.487.124)
Despesas de publicidade	(963.583)	(1.261.232)
Licenciamento de Software	(2.185.394)	(1.810.152)
Despesas de viagem	(642.144)	(405.102)
Outras despesas administrativas	(2.677.102)	(2.306.470)
Outras receitas	1.422.365	1.581.041
Outras despesas	(1.099.462)	(582.907)
Total Geral	(128.743.092)	(96.821.081)

23 Despesa com imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos.

A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas combinadas e a despesa efetivamente reconhecida no resultado é evidenciada no quadro abaixo:

	2021	2020
Resultado antes de IR e CSLL	22.436.963	(11.089.880)
Alíquota fiscal combinada	45%	40%
Despesa de tributos à alíquota nominal (Adições) exclusões	(10.096.633)	4.435.952
Parcela isenta do adicional de 10%	24.000	24.000
Crédito tributário extemporâneo	420.478	-
Prejuízo fiscal e base negativa	-	(417.301)
Benefícios tributários	71.977	6.647
Outras adições e exclusões	675.292	(31.609)
Ajustes de consolidação não sujeitos à tributação	(2.945.570)	2.977.603
Majoração da CSLL sobre difer. tempor. acum.	3.567.221	-
IR e CSLL no resultado	(8.283.235)	6.995.291
Corrente	(8.110.738)	(412.461)
Diferido	(172.497)	7.407.751
Alíquota efetiva	36,92%	63,08%

A Medida Provisória 1.034/2021 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, cuja vigência se deu até o final do exercício de 2021, elevando, durante o segundo semestre, a alíquota combinada dos tributos sobre o lucro para 45%. Os tributos sobre lucro, correntes e diferidos, evidenciados nestas demonstrações contábeis foram calculados sob alíquota de 45%.

24 Resultados não recorrentes

Não houve resultados não recorrentes para o período de divulgação.

Foi considerada como não recorrente a variação excepcional do dólar registrada no exercício de 2020 (R\$ 2.265.309); o valor registrado em 2021 não foi considerado um resultado não recorrente, pois a Administração não julgou sua oscilação excepcional.

25 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado dos mesmos períodos, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre a Companhia e profissionais-chave da Administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente aos acionistas da Companhia, conforme CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

As partes relacionadas, a natureza das transações e os saldos julgados relevantes estão demonstrados a seguir:

Ativos (Passivos)	2021	2020
Outras Contas a Receber - Adiantamentos (a)	801.929	320.660
Provisão para Pagamento a Efetuar (b)	(831.115)	(676.883)
Obrigações por Transações de Pagamento (c)	(860.180)	(1.259.155)
Sociais e Estatutárias (d)	(1.487.768)	(10.419)
Total	(2.377.133)	(1.625.798)
Receitas (Despesas)	2021	2020
Comissão de Intermediação (e)	1.934.825	1.449.746
Despesa de Aluguel (f)	(713.093)	(1.274.473)
Despesa de Cobrança, Credenciamento e Representação Comercial (g)	(8.207.444)	(7.170.344)
Total	(6.985.713)	(6.995.071)

As partes relacionadas são compostas por: (i) FB Locadora Ltda.; (ii) SOLE Participações Ltda.; (iii) Flexnet Locação de Equipamentos Ltda.; (iv) Procede Serviços de Cobrança Extrajudicial Ltda.; (v) Vai Bem Soluções de Pagamento; (vi) Sócios; (vii) Fortbrasil Securitizadora

- (a) Valores adiantados à parte relacionada, referentes a serviços a serem prestados em favor da Companhia pelas partes relacionadas (iii), (iv) e (v)
- (b) Saldo a ser quitado com as partes relacionadas (iii) – (591.027), (iv) – (238.716), (v) – (1.372), decorrentes de serviços já prestados por elas a Companhia
- (c) A parte relacionada (v) utiliza o Cartão Fortbrasil como um dos canais de venda do seu produto. Mensalmente é repassado pela Companhia o valor equivalente às vendas realizadas, por seu intermédio, entre Vai Bem e seu Cliente
- (d) Dividendos e juros sobre capital próprio creditados aos sócios (vi)
- (e) Por mediar a venda do produto Vai Bem entre a parte relacionada (v) e seu cliente, de acordo com o item (c), a Companhia auferiu receita pela intermediação, retida do valor das vendas a ser repassado.
- (f) A Companhia loca imóveis destinados às suas operações das partes relacionadas (i) e (ii)
- (g) A Companhia terceiriza serviços de cobrança, credenciamento e representação comercial junto às partes relacionadas (iii) e (iv)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 496.720 (R\$ 486.720 em 31 de dezembro de 2020) e inclui honorários e salários, mas não os reembolsos de despesas para fazer face à atividade desses gestores. A Companhia não concede ao seu pessoal-chave nenhum benefício que não seja de curto prazo, inclusive e especialmente licença por anos de serviços e benefícios pós-emprego, como pensões e benefícios de aposentadoria.

26 Gerenciamento de riscos

Estrutura de gerenciamento de riscos

O modelo de gestão de riscos adotado pela Fortbrasil é pautado pela adoção de ações para identificação, avaliação, testes, monitoramento e reporte dos riscos e do ambiente de controles, de forma integrada, e com o objetivo de proporcionar razoável segurança quanto a condução adequada dos negócios e o alcance dos objetivos estratégicos.

A Alta Administração tem a responsabilidade em fomentar o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, como parte integrante das linhas de defesa, conforme a seguir

Primeira linha de defesa: é composta pelas áreas operacionais e de negócios e tem como responsabilidade o gerenciamento dos riscos, a adoção de políticas, a conformidade com o ambiente regulatório e a implementação e execução dos controles internos, necessários para o atingimento dos objetivos estratégicos da organização.

Segunda linha de defesa: é composta pelas áreas de governança e tem como responsabilidade apoiar a primeira e a terceira linha no cumprimento de suas responsabilidades, fornecendo análises e reportes acerca da adequação e eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

Terceira linha de defesa: é composta pela Auditoria Interna e tem como responsabilidade avaliar, assessorar e comunicar, de forma independente, reportes adequação e eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

Riscos operacionais

A Companhia está sujeita a riscos oriundos de sua operação, tais como falha humana, falha ou deficiência de processos internos, ações jurídicas contra a Companhia, falhas na comunicação de dados relativos às transações de pagamento, deficiência em serviços tomados de terceiros. Conforme Política de Gestão de Risco Operacional, a Companhia adota métodos de identificação, diagnóstico, avaliação, monitoramento e mitigação de riscos operacionais, por cuja execução a Gerência de Risco se responsabiliza, com o suporte dos gestores responsáveis por processos, controles internos, compliance, prevenção à fraude e governança de TI.

Risco de crédito

Corresponde à sujeição a perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados e à redução de ganhos, vantagens e recuperação de custos, inclusive por inadimplemento.

A principal exposição ao risco de crédito da Companhia está relacionada às atividades de emissão de instrumentos de pagamento e, ao gerenciamento de transações de conta de pagamento de usuário final pagador, do tipo pós-paga, cuja mitigação e manutenção em níveis aceitáveis pela Administração se dá através da aplicação e do monitoramento contínuo de limites operacionais, bem como da observância das regras de análise e concessão de crédito, do acompanhamento do desempenho de indicadores de risco e adoção de medidas para reversão de nível de exposição, quando for o caso.

A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente a caixa	126.119.466	14.803.457
Títulos e valores mobiliários	75.221.876	50.927.580
Operações com cartões de crédito	699.087.191	465.765.818
Outras contas a receber	16.109.202	17.276.649
Devedores por depósitos em garantia	14.618.292	13.447.960
Subtotal	931.156.027	562.221.464
(-) Provisões para outros créditos	(122.982.404)	(61.436.163)
Total	808.173.623	500.785.301

Risco de liquidez

Risco de liquidez está associado a eventuais dificuldades em cumprir com as obrigações financeiras esperadas e inesperadas. A Companhia gerencia esse risco mantendo adequadas reservas, aplicações financeiras, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade operacional e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não foram descontados, incluindo pagamento de juros contratuais e demais encargos previstos.

Em 31 de dezembro de 2021	Fluxos contratuais				
	Saldo contábil	Fluxo futuro	≤ 2 meses	2 - 12 meses	1 - 4 anos
Passivos financeiros					
Obrigações por empréstimos	14.926.963	19.200.017	892.929	5.973.034	12.334.054
Obrigações com bandeira	314.205.479	314.205.479	200.957.507	113.247.972	-
Obrigações por transações de pagamentos	67.851.785	67.851.785	44.897.168	22.943.335	11.282
Obrigações por cotas de fundos de investimentos	284.299.059	360.484.059	6.874.389	67.328.699	286.280.971
Debêntures	108.143.167	163.825.101	4.228.593	20.294.645	138.671.863
Provisão para pagamentos a efetuar	10.884.253	10.884.253	4.015.630	2.497.681	4.370.942
Total	800.310.706	936.450.694	261.866.216	232.915.366	441.669.112

Parte dos fluxos acima apresentados são garantidos parcialmente por operações vinculadas apresentadas na nota explicativa 8.

Informações com maior detalhamento sobre empréstimos e atividades de *funding* captados pela Companhia estão apresentadas nas notas 12, 15 e 16.

Impactos da COVID-19 na gestão de riscos de crédito e liquidez

Durante o 1º semestre de 2021, em virtude da segunda onda da pandemia do novo coronavírus, o varejo e o consumo, no Brasil, foram novamente impactados pelas medidas sanitárias de contenção da disseminação da doença, com fechamento de shoppings e lojas, exceto supermercados e farmácias – considerados serviços essenciais. Consequentemente, como o modelo de aquisição de clientes da Fortbrasil se utiliza do varejo como canal principal para concessão de crédito – modelo B2B2C –, os meses de março e abril ficaram abaixo da expectativa do início do ano, porém, já em maio/21 as emissões voltaram a subir. O ano de 2021 fechou com 308 mil cartões emitidos, alta de 38% frente a 2020.

Importante ressaltar que, se por um lado, a vacinação avançou e o Auxílio Emergencial ajudaram a situação financeira das famílias, trazendo mais confiança sobre o retorno do comércio e das atividades presenciais, por outro, o país tem sofrido com a escalada da inflação e a consequente alta das taxas de juros, que impactam diretamente o poder de compra e o acesso a crédito dos consumidores.

Mais uma vez, registrou-se impacto sobre o comportamento dos clientes portadores, que, acostumados a efetuar pagamento de faturas em loja, tiveram de migrar para lotéricas e bancos, mas em intensidade bem menor que a verificada no ano passado, pois empreendeu-se, durante todo esse tempo, um processo de educação financeira para habituar clientes a realizarem os pagamentos de fatura por meio da rede bancária (agências ou apps).

Nesse período, como medida de mitigação de riscos, a administração da Fortbrasil redobrou o foco na gestão do caixa, tão logo o recrudescimento do surto voltou a atingir o Brasil, e procedeu com máxima austeridade nos gastos, obtida por meio de distratos, renegociações de preços e prazos com fornecedores, além de ter se utilizado dos instrumentos lançados pelo governo, através dos decretos, visando à mitigação dos efeitos negativos do combate à disseminação da pandemia, no que cabia ao momento.

Ademais, a Companhia reforçou a comunicação que visa à educação financeira dos clientes, restringiu a oferta de aumento de limites de crédito, conforme premissas mais aderentes ao cenário pandêmico, lançou o produto de parcelamento global e empreendeu política de preventivo para evitar que clientes de maior risco entrassem em atraso. No âmbito da cobrança, reforçou a operação e criou condições de preço especiais para estes clientes de maior risco de crédito.

Como resultado desse conjunto de iniciativas implementadas de forma rápida e assertiva, a Fortbrasil mitigou seu risco de liquidez, mantendo o nível de caixa condizente com sua necessidade, salvaguardando a continuidade de suas operações durante 2021

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e de câmbio. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Conforme mencionado nas notas 4, 5, 12, 15 e 16, a Companhia possui aplicações financeiras indexadas ao DI e operações *funding* também indexadas ao DI. A Administração da Companhia entende que as exposições mencionadas estão dentro de padrões aceitáveis e atualmente a Fortbrasil contrata instrumentos financeiros específicos para mitigar tal exposição.

A Fortbrasil possui depósitos em dólar vinculados à garantia de operações com a Mastercard, conforme evidenciado na nota explicativa 8. Os saldos e testes de sensibilidade em 3 (três) cenários presumíveis da oscilação da taxa de câmbio sobre o resultado da Companhia são a seguir apresentados.

Operações em moeda estrangeira	31/12/2021	31/12/2020
Depósito vinculado à garantia de operações Mastercard (nota 8)	12.923.633	12.033.198
Depósito para liquidação de transações de pagamento internacionais (nota 8)	279.909	-

Total	13.203.541	12.033.198
Cenário com delta de 10%	89.564	226.531
Cenário com delta de 25%	223.910	566.327
Cenário com delta de 50%	447.819	1.132.655

A Companhia não realiza operações para mitigar eventuais riscos cambiais.

Risco de capital

Abaixo segue o cálculo do requerimento mínimo de capital aplicável à Fortbrasil:

	31/12/2021	31/12/2020
Volume médio dos últimos doze meses ("VMT")	184.402.939	112.269.203
Patrimônio líquido (Fortbrasil)	41.766.207	26.664.456
Cálculo do requerimento mínimo de capital		
% do patrimônio líquido (Fortbrasil) sobre VMT	23%	24%
Percentual mínimo requerido	2%	2%
Suficiência	21 p.p	22 p.p

Análise de sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB n. 2/2020, art. 35, a Fortbrasil realizou análise de sensibilidade sobre incertezas nas estimativas operacionais e de rentabilidade da companhia, considerando que tais estimativas visam simular cenários de estresse extremo, que possam impactar os resultados contábeis nos próximos doze meses.

O quadro abaixo evidencia os impactos averiguados na comparação entre dois cenários: 1) cenário moderado, que projeta emissão de novos cartões de crédito com base na tendência observada no ritmo atual; 2) cenário pessimista, que projeta emissão de novos cartões inferior a tendência observada em 15%, reduzindo em 3,6% o volume de operações com cartões crédito ao final de cada exercício projetado.

	Impacto	Impacto %
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	2.913.503	-1,01%
Créditos tributários	(529.640)	2,53%
Provisões para contingência	-	0,00%

27 Cobertura de seguros

A Companhia não adota a política de contratar cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos.

28 Eventos subsequentes

Transações importantes efetivas envolvendo ações ordinárias subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis

Entre a data a que se referem estas demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão, foi efetivada negociação envolvendo transferência de ações ordinárias entre sócios participantes da composição acionária da Companhia.